



ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA.

Aline Rezende Belo Alves (IFG)¹

Jane Faquinelli (IFG)²

GT- 08 – DOCÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

RESUMO

O objetivo geral desse artigo é discutir a organização das práticas de ensino da Língua Portuguesa (LP/EM) no Ensino Médio do Instituto Federal de Goiás - Campus Senador Canedo (IFG/SC) partindo da fragmentação da disciplina pelo livro didático (LD) e comparando com as propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Realizada no primeiro semestre de 2018, no IFG/SC, esta pesquisa é uma Análise Documental realizada sob a luz da Análise do Discurso de Linha Francesa. Bakhtin (1999, 2011), Pêcheux (2006) e Foucault (2003, 2008) entre outros, fornecem subsídio teórico considerando as condições de produção dos textos e as funções enunciativas envolvidas no processo de interlocução entre as vozes oficiais do governo e ambiente escolar. Sob a percepção de que texto é a materialização do discurso, independentemente de sua forma, expressão da linguagem ou extensão, os textos LD, adotado pelo IFG/SC, da coleção Português: Contexto, interlocução e sentido (M. L. M. ABAURRE, M. B. M. ABAURRE, M. PONTANARA, 2016) e a BNCC (2018) são adotados como documentos constituintes do corpus a ser analisado. O LD revelou-se como objeto discursivo sócio historicamente constituído atravessado por discursos diversos, material de apoio, fonte de pesquisa e dispositivo de controle a serviço do poder do estado sobre as práticas escolares. A BNCC é o texto/ensinado que atualiza o discurso oficial definindo as aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes e descrevendo a LP/EM em sete competências específicas e diversas habilidades. No entanto, o documento propõe-se apenas a orientar a (re)definição de currículos e propostas pedagógicas, o currículo deve ser construído por cada rede de ensino e/ou escola, ficando facultado à escola a sequência e seriação dos conteúdos necessários para realizar a proposta de adotar e desenvolver práticas de leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística e semiótica.

Palavras-chave: Ensino. Língua Portuguesa. Discurso. BNCC. Livro Didático.

¹ Aline R. B. ALVES, Profa. Dra. Instituto Federal de Goiás (IFG) – Câmpus Senador. E-mail: alinebelo3@gmail.com

² Jane FAQUINELLI, Profa. Msa. Instituto Federal de Goiás (IFG) – Câmpus Senador. E-mail: jfaquinelli@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados da Análise Documental realizada sob a luz da Análise do Discurso de Linha Francesa, com o objetivo de discutir a organização das práticas de ensino da Língua Portuguesa no Ensino Médio (LP/EM) no Instituto Federal de Goiás – Câmpus Senador Canedo (IFG/SC) partindo da fragmentação da disciplina pelo livro didático (LD) e comparando com as propostas da Base Nacional Comum Curricular- BNCC – 2018 e o currículo e a prática no EM no IFG-SC. Realizada no primeiro semestre de 2018, esta pesquisa utiliza-se das reflexões teóricas de Bakhtin (1999, 2011), Foucault (2003, 2008), Pêcheux (2006) e Travaglia (2005) entre outros como base epistemológica. O Corpus a ser analisado é composto por dois textos: o LD adotado pelo Instituto Federal de Goiás, Câmpus Senador Canedo, da coleção Português: Contexto, interlocução e sentido (M. L. M. ABAURRE, M. B. M. ABAURRE, M. PONTANARA, 2016) e a BNCC (2018).

Esta análise faz-se necessária em função das inquietações causadas pelas práticas que circulam em nossa sociedade considerando a fragmentação da disciplina de Língua Portuguesa (LP), claramente evidenciada ao se refletir a respeito das formas que práticas de ensino de língua materna, estruturada a partir das bases: gramática, leitura, redação, vocabulário (segundo Travaglia, 2005) e, ainda, Literatura. Essas bases estão presentes tanto na formação de professores de língua materna como na amplitude das ementas dessa disciplina nas mais diversas instituições de ensino médio do país que optam por dividi-las em diferentes disciplinas: Literatura, Redação e Português. No entanto, a concepção de ensino de LP com conteúdos integrados é base de estudos e pesquisas de muitos autores no contexto brasileiro. Como será visto ao longo deste artigo, essa forma de ensino coaduna também com a visão dos últimos documentos “construídos” via MEC, inclusive a BNCC, a qual é foco de nosso estudo.

Para analisar e aprofundar a análise do corpus e as discussões comparativas a respeito da organização das práticas de ensino da LP/EM propostas LD e BNCC alguns preceitos teóricos básicos, nos quais as considerações são ancoradas, tais como, a compreensão conceitual de texto,



discurso, condições de produção são retomados inicialmente. Em seguida, é feita a análise discursiva do corpus que permite descrever e comparar os enunciados considerando as funções enunciativas envolvidas na enunciação e as condições de produção dos dois enunciados constituintes do corpus.

TEXTO, DISCURSO, CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E FUNÇÕES ENUNCIATIVAS

O termo **texto** aqui se refere a um evento interativo que aciona o conhecimento pré-construído pelo leitor, em um processo de coprodução (coautoria em vários níveis). O termo texto interessa, aqui, como materialização do discurso constituído por várias vozes, não podendo ser reduzido à sua materialidade linguística. Daí ao conceituar **discurso**, não se pode compreendê-lo apenas como a unidade que ultrapassa a frase, nem como a expressão verbal da linguagem. Faz-se necessário partir da dimensão bakhtiniana, para a qual o discurso não é individual, mas sim uma produção resultante da relação com outros discursos e entre sujeitos (BAKHTIN, 1999).

Para Bakhtin, o **discurso** é constituído por meio de um processo que envolve a compreensão e a capacidade responsiva dos sujeitos em constante relação com as estruturas sociais e é de natureza dialógica, pois um se constitui por meio do outro, absorve os dizeres sociais. O discurso faz surgir sentidos em uma situação de enunciação por meio da linguagem, que é dialógica considerando as funções exercidas pelos participantes da enunciação. O sujeito, por sua vez, é constituído pelas condições sociais, entrecruzadas por diversas vozes que enunciam e traduzem valores do cotidiano (ideologia), estabelece relação entre o sujeito e o contexto sócio histórico, constitui sentido e possibilita a discursividade do texto determinando assim, na concepção de Pêcheux (2006), suas condições de produção.

A importância do pré-construído, o reconhecimento da formação discursiva a que se filia e em que condições que um texto foi produzido e enunciado são determinantes para a sua leitura e interpretação. Portanto, é necessário que seja observado quem é o enunciador, qual sua função social e a que sistema de regularidades e dispersões ele se filia. Somente considerando esses aspectos, o enunciatário será capaz de atualizar o significado do enunciado. A formação



discursiva a que o leitor e o autor do texto pertencem determinará o significado do texto como um todo permitindo perceber a polifonia em uma texto.

A presença de várias vozes sociais, polifonia, em um mesmo texto faz a prática de leitura discursiva tornar-se necessária, a fim de compreender os discursos que estão sendo enunciados e definidos pelo “diálogo”, seja entre os interlocutores, seja com outros textos, independentemente da linguagem utilizada. Abordar um texto discursivamente, e não linguisticamente, faz transparecer outras vozes, tanto de outros textos quanto de outras funções enunciativas, que o atravessam. Além da percepção das vozes que atravessam e compõem texto, a leitura discursiva ainda permite a compreensão de que interpretação e a significação do texto contam com a capacidade de expressão e interpretação dos interlocutores, enunciador e enunciatário e que este é a materialização de um discurso por meio de um enunciado.

HISTORICIDADE E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO CORPUS: LIVRO DIDÁTICO E DA BASE CURRICULAR NACIONAL

Entender as condições de produção do corpus, que tem por finalidade padronizar o trabalho educacional no país é extremamente importante, pois, ajuda a compreender a ideologia circulante de maneira crítica e pertinente, contribuindo para a reflexão acerca da construção de cidadãos ativos e críticos e para a formação integral de nossas crianças e jovens.

A existência e uso do **Livro Didático**, primeiro texto/enunciado componente do corpus, surgiu em resposta a uma demanda social em função de novas condições sócio históricas do ensino no país. O surgimento de uma nova classe social, o professor profissional, além da possibilidade do exercício da profissão traz consigo novas necessidades. Mesmo tendo suas condições de produção iniciais datadas entre as décadas de 50 e 60, é somente na década de 1970 que o LDP se estabelece como é conhecido hoje. É em função da preocupação com a qualidade do ensino e do material adquirido instaurada pelas constantes denúncias, nas pesquisas da década de 80 e início dos anos 90, do século XX, que o governo federal assume o papel de comprador e distribuidor do objeto para



as escolas públicas brasileiras por meio do PNLD.

Resultado de todo um processo histórico, o LDP do século XXI é um gênero historicamente datado e que atualmente é visto hoje como um objeto utilitário da sala de aula, produzido com o objetivo de auxiliar o ensino de um determinado componente curricular e construtivamente compostos por diversos gêneros. Anteriormente ao surgimento do LD, até a década de 1950, o ensino era feito com auxílio de materiais de apoio apenas. No caso de LP, o ensino era feito por meio de cartilhas, livros de leituras, seletas, antologias e as gramáticas que eram escritas por profundos conhecedores da língua formal.

Atualmente, os LDs são produzidos por professores, profissionais com formação acadêmica, assistidos por profissionais da área de editoração que devem seguir orientações dos órgãos oficiais. A sua produção não é feita de forma aleatória. O MEC – Ministério da Educação – órgão regulador responsável pelo ensino no país, estabelece alguns parâmetros e princípios para a produção do livro didático no Brasil por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Disposto na Resolução/CD/ FNFE nº 42, de 28 de agosto de 2012, este programa, além de adquirir e distribuir o LD para todas as escolas públicas brasileiras, é responsável por determinar os princípios norteadores da produção do LD no Brasil.

O PNLD é legalmente fundamentado pela Constituição Federal e ainda por várias leis e decretos que regulamentam desde a produção, avaliando seu conteúdo e material utilizado, passando por sua distribuição e chegando até as formas de reaproveitamento ou mesmo desfazimento do material. Sob novas condições sociopolíticas, em 1995, o MEC incluiu no PNLD uma avaliação pedagógica. Desde o ano de 1996, a Secretaria de Educação Básica assumiu o controle da produção dos LDs, coordenando e avaliando o conteúdo das obras inscritas no PNLD em parceria com as universidades públicas (BRASIL, 2012).

A associação da produção do material didático à política governamental é evidenciada pela vinculação da produção do LD nacional aos parâmetros estipulados por editais lançados pelo governo para sua adoção e compra. Assim, por meio de documentos que regulamentam o processo de aquisição do LD, o governo federal passa a regular e controlar, ora de forma centralizada, ora de forma



parcialmente atribuída a professores universitários (Guias de avaliação), mas sempre está sob a tutela do Estado como normatizador e comprador deste objeto de comércio.

A Base Nacional Comum Curricular, segundo texto/enunciado componente do corpus, tem como principal objetivo definir os conhecimentos e as habilidades essenciais que todos os alunos da Educação Básica têm o direito de aprender, da Educação Infantil até o Ensino Médio. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, é enunciada a necessidade de uma BNCC. Desde então, foram executados vários processos de pesquisa, de estudo e de escrita para se chegar a um texto que, atualmente, ainda não está totalmente formatado.

Vários documentos materializam a voz oficial desde 1996: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2000), as *Orientações educacionais complementares aos PCN* (2007), as Diretrizes Curriculares que, em 2010, reforçam a necessidade de uma BNCC a definir como “conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas...” (p. 67). Em 2014, o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005) delineia as diretrizes do ensino de 2014 a 2024. Somente em 2015, o MEC inicia a condução do longo processo de construção da BNCC juntamente com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o apoio do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Desde então, várias versões têm sido elaborada com a participação das vozes oficiais e pela comunidade acadêmica em uma cooperação dialógica entre as vozes. A primeira versão, produzida entre setembro de 2015 a março de 2016, foi realizada por meio de consulta pública online e recebeu em torno de 12 milhões de contribuições, número esse contestado por algumas pesquisas³. A segunda versão foi construída por meio de seminários estaduais organizados pelo Consed e Undime e com a participação de professores, gestores e especialistas, e se materializou em maio/2016. Reuniram-se mais de 9 mil sugestões. A terceira versão, revisada pelo MEC a partir das versões anteriores, foi entregue ao CNE no dia 6 de abril de 2017. A BNCC foi homologada por meio da Portaria nº 1.570 de 21/12/2017, publicada no D.O.U., seção 1, p. 146.

³ Participação e participacionismos na construção da BNCC. Fernando Cássio, 02/12/2017



Contudo, o processo de construção da BNCC foi e é objeto de inúmeros debates, reportagens, e também pesquisas que buscam esclarecer as diversas faces da construção desse documento. A última versão da BNCC, Ensino Médio, foi entregue pelo MEC ao CNE somente dia 03/04/2018, após haver profundas alterações nas políticas públicas que envolvem a educação pública no país e investimentos nela feitos.

Desde abril, o documento é alvo de análise e debate entre especialistas e possíveis audiências públicas visando a participação da sociedade na construção da Base, discurso proferido pelo MEC e demais instituições governamentais, autoras e coautoras do referido documento⁴. Apesar de construído pela participação de um número alto de profissionais apresentando um caráter democrático e participativo da sociedade na formulação e publicação da Base, há discursos contestativos sobre esse fazer, como o da ANPED que, desde o ano de 2015, vem produzindo um conjunto de posicionamentos críticos acerca da proposição de uma BNCC.

Análise dos Documentos

O LDP, inicialmente criado para auxiliar e simplificar a atuação dos professores, quando observado sob um olhar mais atento, permite afirmar que sua essência vai além de um objeto utilitário da sala de aula. A apropriação da concepção da significação Bakhtiniana, aponta para o fato que o LDP é também um signo constituído de um caráter ideológico, fonte de referência e estudo, transmissor de conhecimento e discursos que circulam pela sociedade.

Já no índice do LD analisado fica evidenciado a percepção de que a disciplina LP não é uma, pois seu conteúdo é dividido em três áreas: Literatura, gramática e Produção textual. Na área da “Literatura” a obra desenvolve o fenômeno literário sob uma abordagem historiográfica, prevalecendo a ideia de dependência cultural. Fica perceptível a preocupação em apresentar textos materializados em outros tipos de linguagens, semioses, como a pintura. No entanto, o contato com os textos literários se dá por partes como forma de exemplificar o que foi exposto na teoria, apresentando sempre partes de um todo.

⁴ Dados obtidos por meio de pesquisa em sites diversos: movimento pela base, nova escola, entre outros.



Na parte denominada “Gramática”, exploram-se, várias dimensões discursivas da linguagem e as relações morfossintáticas entre palavras e orações. Em toda a coleção há a construção de sentidos e os efeitos provocados por diferentes recursos linguísticos, textuais e contextuais. Não há utilização de textos literários na exemplificação dos tópicos gramaticais e não há alusão ao conteúdo literário ou de produção de texto. Os exemplos utilizados tanto para explicação quanto para avaliação da compreensão do conteúdo gramatical são predominantemente textos publicitários, tirinhas ou trechos de revistas. São raros os fragmentos retirados de textos literários.

Na parte “Produção de Texto”, diversos gêneros são trabalhados. Por meio da análise dos gêneros, os tipos de texto são explorados. Há ainda propostas de produção escritas que são antecedidas por explanações e exemplificações dos gêneros com comentários sobre sua estrutura, contexto de circulação, interlocutores previstos. Logo, os textos utilizados como exemplos dificilmente são literários, uma vez que os gêneros trabalhados nesta parte são gêneros com função utilitária. Os gêneros literários são reservados para serem trabalhados na parte de literatura. Portanto, observa-se que o LD divide, didaticamente, o ensino da Língua Portuguesa em três áreas distintas sem a preocupação de integração e inter-relação entre as três áreas.

A BNCC(EM, 2018), no entanto, conforme estabelecido pela LDB, está organizada por áreas de conhecimento que têm por finalidade integrar dois ou mais componentes do currículo ao se buscar compreender e transformar a realidade complexa que se apresenta fora do ambiente escolar, evidenciando a vontade de unicidade não apenas da disciplina LP, mas de todas as disciplinas que trabalham com linguagem. No documento é enunciado que ela não se constitui no currículo, mas define as aprendizagens essenciais a ser garantidas e orienta a (re)elaboração de currículos e propostas pedagógicas, considerando que os sistemas de ensino e as escolas devem construir seus currículos e suas propostas pedagógicas, conforme as necessidades de formação e aspirações dos estudantes de cada região.

Ainda, de acordo com o referido documento, a flexibilidade deve ser tomada como princípio obrigatório e “[c]abe aos sistemas e às escolas adotar a organização curricular que melhor
responda aos seus contextos



e suas condições: áreas, interáreas, componentes, projetos, centros de interesse etc”(p.470). A organização integralizadora proposta pela organização do ensino por áreas de conhecimento sinaliza o oposto à criação e manutenção de divisões de componentes curriculares em subáreas. Sem que essa integralização despreze os saberes historicamente construído (Parecer CNE/CP nº 11/2009).

Na realidade, a BNCC ressalta a necessidade de o jovem intensificar sua capacidade intelectual e expressiva de forma condizente com seu grupo social que é marcado por “questionamentos sobre si próprios e seus projetos de vida” e “por contextos culturais e sociais diversos” ampliando “sua participação na vida pública e na produção cultural”, p.473. Em consequência necessitam de habilidades e competências que contribuam para o desenvolvimento de produções que combinem linguagens e diferentes modos de estar juntos requerendo da escola conteúdos necessários para realizar a proposta de adotar e desenvolver práticas de leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística e semiótica de maneira integrada.

Considerações Finais

Um artigo de 10 páginas mostrou-se insuficiente para apresentar todas as discussões e reflexões necessárias em relação às práticas de ensino da LP/EM no IFG/SC em função das idiosincrasias que envolvem o corpus deste artigo e complexidade do assunto. No entanto, é possível apontar que o LD é um instrumento de capacitação para o exercício de cidadania, escolha e liberdade além de um instrumento de produção de conhecimento e de poder, carregando traços da cultura em que foi produzido e apresentando conhecimentos considerados necessários para o desenvolvimento de um aluno cidadão. No entanto, mesmo tendo assumindo um papel social mais abrangente e trabalhando outros códigos de linguagem como a pintura e a fotografia, LDP analisado ainda não consegue tratar a língua portuguesa como uma no processo de ensino aprendizagem, como sugerido pela BNCC.

Este documento não sugere apenas a integração das subáreas da LP, mas também de outros códigos e linguagens. É necessário que o próprio professor constitua relações entre as sub áreas e



as linguagens, como é a proposta curricular do IFG- SC que apresenta uma realidade em que a LP-EM deve ser dividida apenas em LP I, II e III, nos três anos do Ensino Médio Integrado Integral. Assim, ensino da disciplina de LP deve englobar todas as subáreas e conteúdos possíveis: gramática, leitura, redação, vocabulário e literatura, como sugerido pela BNCC.

Como apontado por Travaglia, 2005 o ensino de LP com objetivos de “desenvolver a competência comunicativa dos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor)” à qual “implica duas outras competências: a gramatical ou linguística e a textual” (p. 17). Essas competências traduzem-se na capacidade de manusear a língua adequadamente aos diversos ambientes e contextos de produção em que um usuário pode estar inserido e se inserir ao longo de sua vida familiar e social. Busca-se portanto, produzir, compreender, adequar e distinguir a diversidade de enunciados tratando a LP em sua unicidade, como sugerido tanto no texto da BNCC quanto no currículo do IFG-Câmpus Senador Canedo.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. L. M., ABAURRE, M. B. M, PONTANARA, M. *Português: Contexto, Interlocução e Sentido*. São Paulo: Moderna, 2008.

ALVES, A.R.B. Multimodalidade no livro didático sob as perspectivas da análise do discurso e da retórica contemporânea. 2016. 197 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5803>

ANPED. Nota da ANPED sobre a entrega da terceira versão da BNCC ao CNE. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Documents/bncc/nota_da_anped_sobre_a_entrega_da_terceira-versao_da_base_nacional_comum_curricular_abril_2017.pdf. Acesso em: 02 de jul. 2018.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara F. Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. Resolução/CD/ FNFE nº42, de 28 de agosto de 2012a. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3758>. [acesso: 10 set. 2014]

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 4, DE 13 de julho de 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Documents/bncc/resol_federal_04_14%20DCN.pdf. Acesso em: 01 jun. 2018.



CÁSSIO, F. L. Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Curricular Comum. Nexo, 02 dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Documents/bncc/participacao%20e%20participacionismo%20na%20construção%20da%20base%20nacional%20comum%20curricular.pdf>. Acesso em 31 maio 2018.

ECO, H. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. Trad. de Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MOVIMENTO PELA BASE COMUM. Linha do tempo. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em 18 abr. 2018.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

SOARES, M. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor leitor. In: MARINHO, Marildes (Org.). *Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2001, p. 31- 76.

SPINELLI JR., R.; CÁSSIO, F. L. A BNCC segundo a consulta pública e a consulta pública na BNCC. In: XI Encontro Nacional de Educação em Ciências, 2017, Florianópolis. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Documents/bncc/a%20bncc%20segundo%20a%20consulta%20pública%20e%20a%20consulta%20pública%20na%20bncc.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. – 10 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.